

Movimentos sociais ambientais de Macaé (RJ) em período de predomínio da economia extrativista de petróleo: um olhar decolonial a partir da ecologia política

Environmental social movements in Macaé (RJ) in a period of predominance of the extractive oil economy: a decolonial view from the perspective of political ecology

Giuliana Franco Leal*

Matheus Tomaz da Silva**

Resumo

A cidade de Macaé (RJ) é marcada pela predominância da economia do petróleo desde meados da década de 1970. O artigo apresentou sinteticamente três momentos do desenvolvimento da indústria do petróleo na região do Norte Fluminense (RJ). Buscou-se identificar movimentos ambientais da cidade e as maneiras como se expressaram relacionados com cada período. A pesquisa se fez por meio de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas informais com sujeitos-chave na luta ambiental local. Os movimentos ambientais foram discutidos à luz das correntes do ambientalismo, conforme as definições de Joan Martinez Alier (1998, 2017), assim como a partir do campo teórico da ecologia política sob perspectivas decoloniais. No sentido que são identificados movimentos tanto urbanos como rurais, se observa características da cidade colonial e as possibilidades do bem. A pesquisa evidenciou que os movimentos presentes nas duas primeiras fases regionais do petróleo contribuíram para a formação de unidades de conservação e de um conselho municipal de meio ambiente e, no ciclo iniciado com a exploração do Pré-Sal, os movimentos avançaram na atuação em prol da agroecologia e das alianças de classes. Dessa forma, os referidos movimentos contribuem para a sensibilização da sociedade e dos poderes públicos para problemas ambientais.

Palavras-chave: Movimentos sociais ambientais. Ecologia política. Cidade colonial. Bem viver. Macaé.

Abstract

The city of Macaé (RJ) has been marked by the predominance of the oil economy since the mid-1970s. The article summarized three moments of the development of the oil industry in the region of Norte Fluminense (RJ). We sought to identify the city's environmental movements and the ways they expressed themselves related to each period. The research was done through bibliographic, documentary research and initial informal interviews with key subjects in the local environmental struggle. Environmental movements are related to currents of environmentalism, according to the definitions of Joan Martinez Alier, and discussed from the theoretical field of political ecology under decolonial perspectives. In the sense that both urban and rural movements are identified, the characteristics of the colonial city and the possibilities of good are observed. The research showed that the movements present in the first two regional phases of oil contribute to the formation of conservation units and a municipal environment council and, in the cycle that begins with the exploration of the Pre-Salt, the movements advance in performance for agroecology and class alliances. In this way, these movements contribute to raising the awareness of society and public authorities to environmental problems.

Keywords: Environmental social movements. Political ecology. Colonial city. Good living. Macaé.

* Professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em Macaé. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, é mestre e doutora em Sociologia pela mesma universidade.

** Professor assistente do departamento de Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Campos dos Goytacazes. Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutorando em Ciências Ambientais e Conservação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Introdução

O presente trabalho consiste em uma pesquisa sobre os movimentos sociais de cunho ambiental que emergiram na cidade de Macaé-RJ com o início de operações *offshore*, instalação da Petrobrás e intensificação do extrativismo de petróleo, em meados dos anos 1970. Desde então, o pequeno município no interior do Estado passa por um processo de transformação, impulsionada pela industrialização e urbanização.

Macaé, até a chegada da Petrobrás, em 1978, tinha cerca de 66 mil habitantes (PAGANOTO, 2008), com economia baseada na agricultura e na pesca. As transformações no território municipal foram significativas a partir da década de 1980, impactadas pela instalação da indústria do petróleo. A população, em termos de crescimento, saltou para 90 mil habitantes no ano de 1990, chegando à 200.000 habitantes em 2010 (CADENA; COSTA, 2012).

O município iniciou um acelerado processo de urbanização e foram construídos grandes parques industriais, ao longo de todo o processo, passando a economia local a partir de então a ser quase que exclusivamente dependente dos Royalties do petróleo. De acordo com Cruz (2016), essas particularidades do processo macaense, somadas a características próprias como uma vasta costa de formação de restinga com praias e uma região serrana de mata atlântica e cachoeiras, foram propícias à organização de movimentos ambientais importantes.

Desse modo, a pesquisa tem como objetivos: (1) identificar os movimentos sociais que surgiram em Macaé com a temática ambiental ou que incorporaram a pauta ambiental em suas reivindicações, desde a instalação das empresas petrolíferas na cidade, em meados dos anos 1970; (2) compreender as expressões de resistência desses movimentos, que articularam em suas lutas a questão ambiental com a questão urbana e rural.

Entre os movimentos identificados na pesquisa, dois se destacam. O primeiro, na gênese dos movimentos ambientais locais, que se forma ainda no primeiro ciclo do petróleo. A Associação Macaense de Defesa do Ambiente (AMDA), fundada em 1987, a AMDA teve intensa movimentação em seus primeiros anos de funcionamento ao dar início a uma luta contra a instalação de uma monobóia, no litoral da cidade próximo ao Arquipélago de Santana, para transferência de petróleo de navios para os dutos em terra no litoral da cidade. Essa luta, que ficou conhecida na cidade como “Xô Monobóia”, foi vitoriosa e a Petrobrás optou por transportar o petróleo e gás extraído nas plataformas offshore por dutos no fundo

do mar. Entres as lutas posteriores da AMDA há a participação na formulação do plano diretor municipal, interferindo na questão urbana local.

Já o segundo movimento identificado em destaque está a luta por terra movida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que incorporou a experiência agroecológica, articulando a questão agrária e a ambiental. A ação do MST em Macaé já vem de longa data, começa com a ocupação da fazenda Bom Jardim, no distrito de Córrego do Ouro, em 7 de setembro de 2010. Desde então, eles sofreram um primeiro despejo em 16 de novembro de 2010. No entanto, em março de 2014 foi concedida posse da fazenda Bom Jesus às famílias despejadas, que retornaram e iniciaram o assentamento Osvaldo de Oliveira. Esse assentamento se tornou o primeiro na modalidade do Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do MST no Estado do Rio de Janeiro. Um modelo alternativo de conservação e recuperação ambiental (OLIVEIRA, 2014).

Os movimentos ambientais foram discutidos a luz das correntes do ambientalismo, conforme as definições de Joan Martinez Alier (2017), na medida em que apresentam marcas da dominação colonial. Por fim, esses movimentos foram pensados a partir de um olhar sobre as características de cidade colonial de Macaé e a visão do bem viver. Trata-se de resultados parciais de uma pesquisa de doutorado, que se justifica pela sua contribuição para a reflexividade da luta ambiental.

Como base teórica para construir um olhar decolonial utilizou-se o recurso da ecologia política. Não se pode desconsiderar o fato do território brasileiro ter sido conquistado e colonizado ao longo de sua história. A colonização, além de subjugar os povos tradicionais que aqui habitavam ainda escravizou negros africanos. Nesse sentido, uma análise acerca dos movimentos sociais sob essa perspectiva tem que levar em consideração algumas marcas desse processo.

A ecologia política se apresenta como um campo de estudo dos conflitos ecológicos distributivos. A partir de duas obras do economista Joan Martinez Alier (1998, 2017) se traçou um breve histórico do campo da ecologia política e de suas superposições em relação à economia política, tensionando o eixo de análise para a perspectiva ecológica. Dessa forma, a referência para análise dos movimentos sociais apresentados nesse trabalho se funda no mesmo autor e nos seus conceitos de “evangelho da ecoeficiência” (ALIER, 2017) e “ecologismo dos pobres” (ALIER, 1998, 2017).

As estratégias de pesquisa empregadas neste trabalho são: análise documental, já com material coletado e utilizado aqui como fonte primária, pesquisa bibliográfica e conversas iniciais com sujeitos-chave das lutas ambientais locais, informantes da pesquisa. Esse artigo é resultado dos primeiros dois anos de pesquisa de doutorado em ciências ambientais e conservação, nesse sentido os resultados apresentados são ainda preliminares.

Isto posto, como resultado, foram identificados alguns movimentos sociais ambientais, dois desses considerados como chaves para a pesquisa, até esse momento, a Associação Macaense de Defesa Ambiental (AMDA) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Foram analisados na perspectiva das categorias de movimentos ambientais criadas por Alier (2017), com o primeiro destacando características do como parte do evangelho da ecoeficiência e o segundo movimento chave com uma expressão do ecologismo dos pobres.

Nesse âmbito, observou-se características de uma cidade colonial, conforme é descrito por Ibanes (2016). Ao fazer uma leitura crítica de características de algumas cidades latinas, o autor demonstrou marcas coloniais nessas cidades. Essas marcas compõe o cenário para uma leitura decolonial dos movimentos sociais ambientais que ocorreram em Macaé. Ao passo que ao se buscar essas referências latinas para a análise, esse artigo apresenta uma alternativa que se tentou construir na Bolívia e no Equador, O Buen Vivir ou Bem Viver.

O bem viver, que orienta o olhar dos pesquisadores, é uma perspectiva de sociedade que está presente em povos indígenas da América Latina e que começa a tomar força a partir das suas mobilizações no continente, passando a ser observada crescentemente no campo crítico, especialmente depois que essa visão de mundo é inscrita nas Constituições de Bolívia e Equador. É uma possibilidade sistêmica que está presente em povos indígenas da América Latina. O bem viver questiona a noção de um desenvolvimento infinito e também a necessidade do produtivismo. Não é objetivo da humanidade controlar a natureza, não há separação entre o humano e a natureza.

Transformações em Macaé: ciclos do petróleo e resistências

A cidade de Macaé, situada no Norte-Fluminense, que até então tinha como seu setor produtivo a agropecuária, apresentou uma grande transformação produtiva e populacional com a chegada da Petrobrás, em 1978, que instalou ali sua principal base operações para a

produção e prospecção do petróleo na Bacia de Campos. houve um crescimento vertiginoso da produção de riquezas locais e da população residente.

Em Macaé, então um pequeno município de base agropecuária, a chegada de trabalhadores e suas famílias, assim como daqueles que se deslocam em busca de alguma oportunidade de serviço, acarretou uma ocupação urbana desordenada e uma sobrecarga nos parques equipamentos de consumo coletivo existentes. Deu-se uma ocupação predatória do litoral não só pelas empresas ligadas ao petróleo como também por novos loteamentos para moradias (PIQUET, 2010, p. 13).

Para entendermos o processo pela qual os problemas levantados se constituíram, é importante conhecer a maneira como a economia do petróleo avançou na região. Em artigo de balanço das pesquisas realizadas na região do extrativismo de petróleo no Estado do Rio de Janeiro, Cruz (2016) apresentou um recorte espacial denominado de Região Fluminense do Extrativismo Petrolífero, que abrangia as mesorregiões fluminenses: Região Norte, Região Noroeste e Região da Baixada Litorânea. O município de Macaé se encontra na região norte fluminense.

O referido autor destacou três períodos de desenvolvimento econômicos do Norte Fluminense para a indústria do petróleo: marcado pelo fim a do ciclo da cana de açúcar e início do ciclo do petróleo.

A linha do tempo dos principais marcos da dinâmica socioeconômica do Norte Fluminense, é constituída por três momentos: i) o período que vai dos anos 1980, que marca o declínio definitivo da economia agroindustrial da cana-de-açúcar e os primeiros anos de produção de petróleo e o gás, até a promulgação da Lei do Petróleo, em 1997; ii) o período posterior à Lei, marcado pelo fim do monopólio na E&P e pelo aumento vertiginoso do ingresso das rendas petrolíferas em orçamentos municipais, de forma seletiva e concentrada; iii) e o atual momento, a partir da segunda metade da primeira década deste século, marcado pela expansão na produção do Pós-Sal, pelo início da produção do Pré-Sal e pela instalação do Porto do Açu (CRUZ, 2016, p. 52).

Para essas três fases do desenvolvimento econômico do Norte Fluminense, que se expressa em Macaé, foram identificados nesse início de pesquisa do doutorado alguns movimentos ambientais de cunho ambiental em Macaé.

Movimentos sociais ambientais de Macaé

As primeiras manifestações ambientais em Macaé datam do final dos anos 1970, de acordo com pesquisa de mestrado de Castro (2020). Mesmo período da chegada da indústria

do petróleo. Deste de ponto de partida a pesquisa identificou alguns movimentos sociais com características ambientais. Dois desses movimentos tem uma centralidade maior para a pesquisa. O primeiro, um movimento ambiental que é a primeira formalização de uma organização ambiental do município, a Associação Macaense de Defesa Ambiental (AMDA), sua atuação vai atravessar os dois primeiros ciclos do petróleo e outros movimentos, como o SOS Pecado, sofrem influência direta a AMDA.

Os movimentos socioambientais em Macaé surgiram em fins dos anos 1970, [...] um ato de desagravo à chegada da Petrobrás ocorreu com um pequeno contingente de militantes que resistiam contra a transformação da praia de Imbetiba, em uma área portuária de uso da petroleira (CASTRO, 2020, p. 66).

No entanto, a primeira formalização desse movimento vai acontecer em 1987, com a fundação da Associação Macaense de Defesa Ambiental (AMDA). Essa organização encampou como uma de suas primeiras mobilizações uma campanha que chamou de “Xô Monobóia!”, em 1989. Essa bandeira de luta da entidade consistia em impedir a construção de uma estrutura flutuante que permitiria a ancoragem de navios petroleiros para que realizassem transferência de óleo. A monobóia, que ficaria próxima ao arquipélago de Santana, seria uma atividade com grande risco poluente (AMDA, 1989).

A mobilização pelo “Xô Monobóia” tomou grande corpo, agregando lideranças e gestores da região e teve como desfecho o a não construção da monobóia, com a Petrobrás optando por construir dutos no fundo do mar como maneira escoar o petróleo extraído nas plataformas offshore. Outro resultado desse processo foi a criação do Parque Natural e Área de Preservação Ambiental (APA) do Arquipélago de Santana (Lei n. 1216/1989) (AMDA, 1989). Por conseguinte, o movimento ambiental de Macaé se tornou respeitado e se consolidou nas lutas ambientais do período, fato destacado por Astrea Castro:

Para se ter ideia do capital social mobilizado nos primeiros anos do aqui tratado de forma genérica “movimento ambiental macaense”, ainda no período de confronto com a instalação da Petrobrás, o Movimento Ambiental de Macaé conseguiu apoio do Greenpeace em manifestação em mar aberto (CASTRO, 2020, p. 67).

Com isso, novas conquistas vieram foram criados em Macaé outras Unidades de Conservação Ambiental, como a APA do Morro de Sant’Anna (Lei n. 1463/1993), o Parque Natural Municipal do Atalaia (Lei n. 1596/1995).

Assim, o movimento levou a pauta ambiental para os debates gerais acerca da cidade, como o processo de criação do plano diretor e a lei orgânica do município (AMDA, 1989). Com

isso há uma ampliação do debate da questão ambiental que passa a ser parte dos debates da questão urbana em Macaé, processo que se aprofunda com a instalação do Fórum Permanente da Agenda 21 no município. Após a instalação do Fórum, foi instituída a APA do Sana, na serra de Macaé e criado o Em 2001, mediante a foi criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (COMAMDS), (Lei Complementar n. 027/2001).

Tavares (2019)², afirma que há um protagonismo histórico dos membros da AMDA nas conquistas ambientais em Macaé:

Foram os membros da Associação Macaense de defesa Ambiental (AMDA), ainda, que escreveram o capítulo de Meio Ambiente da Lei Orgânica Municipal, aprovado na íntegra pela Câmara de vereadores. Da mesma forma ocorreu com o Plano Diretor de Macaé, que um ano após a promulgação da Constituição de 1988, ganha um texto repleto de preocupações ambientais (TAVARES, 2019).

No ano 2000 outro movimento ambiental importante tomou corpo em Macaé, a partir de um conflito na Praia do Pecado, parte sul da cidade. Essa área foi palco de ações diretas do movimento ambiental, enfrentamentos, até mesmo físicos, com o poder público e de grandes batalhas judiciais.

Na madrugada de 07 de janeiro de 2000 [...] um dos simpatizantes da preservação foi acordado por um barulho intenso de movimentação de máquinas pesadas e pelo menos 20 trabalhadores [...] deu-se início a uma intensa mobilização. [...]Tamanha arregimentação de simpatizantes pela preservação do local não fez com que o secretário de obras municipal cancelasse a empreitada. O que se seguiu, foi uma batalha vinda em duas frentes e desigual (CASTRO, 2020, p. 77).

A disputa pela preservação da Praia do Pecado, uma faixa de restinga que até hoje resiste à urbanização. Após o enfrentamento, o movimento que se chamou SOS Pecado, se institucionalizou como ONG no ano de 2004 e segue até os dias de hoje lutando para que seja criado uma unidade de conservação no local. Localizada entre os bairros dos Cavaleiros e da Praia do Pecado, importante centro turístico e pólo gastronômico da cidade, o trecho da restinga permanece ainda livre de construções, ruas e comércios, mas segue em batalha judicial sobre a criação ou não da unidade de conservação.

² Fernando Marcelo é um agente social com destaque para a pesquisa para o processo em Macaé, por ter sido fundador da AMDA, Secretário Municipal de Meio Ambiente (2004) e importante ativista ambiental local. Tratado na pesquisa como fonte primária.

Uma contradição identificada foi que nesse processo se deu uma diminuição das mobilizações, ações diretas e enfrentamento, ao mesmo tempo em que ocorreu uma institucionalização do movimento ambiental macaense, na medida que os movimentos concentraram toda sua energia no Fórum Permanente da Agenda 21³ local. Ao mesmo tempo, muitas de suas lideranças passaram e compor os diferentes governos municipais: “nos últimos 30 anos pelo menos nove secretários de Meio Ambiente foram destacados dos quadros do movimento ambiental” (CASTRO, 2020, p. 69).

As ações da AMDA muito se pautaram por uma aproximação com a questão urbana, desde a participação na gênese do plano diretor e lei orgânica do município, no início dos anos 1990 até passar a compor a gerência do plano diretor através da Câmara Permanente de Gestão.

O outro movimento com centralidade para a pesquisa é o MST, cuja primeira ação foi em 2010, já na terceira fase do desenvolvimento do petróleo. A ocupação da Fazenda Bom Jardim, no Córrego do Ouro, distrito que fica na região serrana de Macaé. Em setembro de 2010, 300 famílias organizadas pelo MST realizaram a ação de ocupação, contudo a fazenda está situada em região de mata atlântica que impulsiona uma proposta de modelo PDS⁴ de assentamento, o primeiro do MST nesse formato no Estado do Rio de Janeiro (SILVA, 2017).

Apesar da fazenda Bom Jardim ter sido destinada pela justiça para a reforma agrária, em outubro de 2011 foi concedida a reintegração de posse da fazenda, cuja a realização foi feita por grande contingente policial, conforme apresenta o movimento: “Eram mais de 250 agentes da PF e da PM: – Era mais polícia que gente, companheiro! É uma fala corriqueira que se costuma ouvir das famílias que estavam naquele fatídico dia” (SILVA, 2017). As famílias foram retiradas do local, peregrinaram em busca de algum lugar de abrigo, foram acolhidos pela igreja católica, em Macaé e depois se fixaram em uma área pública próxima à linha férrea em Rio das Ostras, divisa com Macaé, ali aguardaram uma primeira batalha na justiça pela posse da terra e começaram planos para o caso de retornar para a fazenda.

³ A Agenda 21 foi um dos principais desdobramentos da Eco-92, conferência mundial do meio ambiente realizada no Rio de Janeiro. A Agenda 21 foi um documento assinado por 179 países e contemplou com o lema central “pensar globalmente, agir localmente”, onde se afirmou como agenda global o desenvolvimento sustentável. A ideia de “desenvolvimento sustentável” teve sua origem no relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1972, em Estocolmo na Suécia. Essa comissão apresentou um relatório chamado “Nosso Futuro em Comum”, em 1987. Conhecido como Relatório Brundtland.

⁴ O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) é uma modalidade de assentamento diferenciado (PAD), de interesse sócio-econômico-ambiental e apresenta-se como uma alternativa aos projetos de assentamentos convencionais (OLIVEIRA, 2014, p. 48).

Nessa época começaram a discutir uma ocupação diferenciada da área, já que tinha inúmeras denúncias de desmatamento na fazenda e desrespeito ao meio ambiente. Com trabalho intenso de formação, avançamos na proposta do PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável). O PDS é uma modalidade de assentamento em alternativa ao modelo convencional, com uma proposta diferenciada de matriz de produção, agroecológica, e ocupação em harmonia com o meio ambiente, apropriação coletiva da terra e proteção da mata (SILVA, 2017).

Assim, quando foi emitida a posse, em março de 2014, tem início o assentamento Osvaldo de Oliveira, a primeira experiência de PDS do MST no Estado do Rio de Janeiro. Esse processo, nos termos de Acselrad (2010), é uma ambientalização⁵ das lutas sociais, onde os movimentos em geral incorporam pautas ambientais às suas reivindicações. Em abril de 2018, o MST realizou uma segunda ocupação em Macaé, acampamento Edson Nogueira. Nesse acampamento o movimento deu início a um processo de luta para que no local seja construída uma unidade pedagógica de agroecologia (MST).

Outra ocorrência de movimento identificado pela pesquisa no terceiro momento da indústria do petróleo foi uma mobilização para limitar a altura dos prédios no bairro da Praia do Pecado, o movimento nomeado “Deixa o sol entrar” apresentou críticas e propostas ao planejamento urbano da cidade, através do uso a tribuna da câmara de vereadores. A reflexão do movimento partia do impacto que as sombras dos prédios causariam na vegetação e nas areias da praia, assim como na experiência a AMDA, partiu-se da questão ambiental para discutir a questão urbana⁶.

O movimento teve parte de sua reivindicação atendida, o projeto de lei complementar 04/2013 foi aprovado alterando o código de urbanismo do município. Apesar do projeto de lei não contemplar o bairro inteiro da Praia do Pecado, toda a orla da Praia Campista, Praia dos Cavaleiros e da Praia do Pecado passaram a ter como limite de altura para construção de novos prédios 12 metros, anteriormente eram 20 metros. O movimento Deixa

⁵ É necessário perceber que ao longo do tempo alguns movimentos de pautas mais gerais absorvem e tornam central as questões ambientais. Tornando importante de se analisar os movimentos que passar por uma “ambientalização” das lutas sociais. Assim a noção de “movimento ambientalista” tem sido evocada, no Brasil, para designar um espaço social de circulação de discursos e práticas associados a “proteção ambiental” (ACSELRAD, 2010).

⁶ As informações sobre o movimento Deixa o Sol Entrar foram coletadas em conversas com um informante e no site: www.praiadopecado.com.br, mantido no ar pelo informante.

o Sol Entrar construiu suas reivindicações articulando questões urbanas e questões ambientais.⁷

Outra luta ambiental significativa identificada na pesquisa é o movimento “Xô Porto”. Em 2014 foi apresentada uma proposta de construção de um segundo porto em Macaé, para atender a demanda logística da indústria do petróleo. Seria uma obra de grande impacto ambiental, entretanto se deu uma rearticulação no movimento ambientalista de Macaé, antigos ativistas que fizeram parte da AMDA se juntaram com uma juventude e articularam com pesquisadores da UFRJ para uma análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental apresentado para a construção do empreendimento portuário. A área proposta para receber o porto fica entre duas unidades de conservação, um parque nacional e um parque municipal.

A resistência organizada à proposta de instalação do Porto que marcou um ponto importante do movimento ambiental em Macaé. O movimento “Xô Porto”, numa alusão direta ao Xô Monobóia, alcançou êxito, pois a proposta do porto foi retirada da pauta. Entretanto, em 2018, a partir de um programa de desenvolvimento apresentado pela prefeitura de Macaé se formou um outro grupo empreendedor e uma nova proposta de complexo portuário foi apresentada. Dessa vez, com o movimento desarticulado a proposta tem avançado e as primeiras obras de exigência para a liberação da licença ambiental foram iniciadas.

Por fim, o último movimento identificado no terceiro ciclo do petróleo foi o Coletivo Macaense de Consumo Solidário (CoMaConSol), que foi se formando ao longo de 2015. o CoMaConSol fazia a ponte entre consumidores e produtores, apresentando aos consumidores alimentos com produção mais próxima da prática agroecológica, ao mesmo tempo que trabalhava com os produtores a importância de produzir dessa maneira. Era um movimento com características distintas dos anteriores, poderia ser descrito conforme aponta Svampa (2012, p. 20): “[...] nuevos movimientos socioambientales, rurales y urbanos (en pequeñas y medianas localidades), de carácter policlassista, caracterizados por um formato assembleario y uma importante demanda por autonomia.”

O movimento avançou e organizou, a partir de 2015, quatro feiras agroecológicas. Essas feiras tiveram como parceiro, o MST, representado pelos seus militantes do assentamento Osvaldo de Oliveira do MST, além de outros agricultores familiares de Macaé e Rio das Ostras (RJ). Ocorreu uma mobilização no esforço de unir em circuitos curtos de

⁷ Idem

circulação de mercadorias os agricultores familiares que produzem localmente alimentos e os consumidores urbanos, buscando alimentos sem agrotóxico e em outra perspectiva de vida.

As marcas da dominação colonial e o ecologismo dos pobres

O município de Macaé (como os demais brasileiros) não foge à regra, tem as marcas da colonialidade, mas também carrega as cicatrizes da luta contra a dominação colonial. Assim para observar esses movimentos é necessário levar em conta esses pontos.

Grosfoguel (2016), um autor importante que trabalha com a questão colonial, destaca o racismo como elemento central da dominação colonial. Outros elementos que marcam colonialidade, segundo o referido autor, são: a organização patriarcal da sociedade, a natureza vista como fonte infinita de recursos para as atividades extrativistas e a destruição do conhecimento dos povos originais e escravizados.

Grosfoguel (2016) afirma que a modernidade se funda na exploração colonial e se estabelece a partir do que ele chama de epistemicídios, que foram praticados com os negros, indígenas, mulheres e mulçumanos.

O que conecta o “conquisto, logo existo” (*Ego conquiro*) com o idolátrico “penso, logo existo” (*Ego cogito*) é o racismo/sexismo epistêmico produzido pelo “extermino, logo existo” (*Ego extermino*). [...] O *Ego extermino* é a condição sócio-histórica estrutural que faz possível a conexão entre o *Ego coquiro* e o *Ego cogito* (GROSFOGUEL, 2016, p. 31, grifo do autor).

Nesse sentido se faz necessário re-encontrar no pensamento crítico formulações que recuperem esses processos no sentido de descolonizar a produção do conhecimento e pensar a questão social em uma perspectiva da Ecologia Política. Assim para análise dos movimentos identificados na pesquisa a ecologia política foi a referência teórica, que é descrita por Joan Martinez Alier (2017, p. 113) como um campo que estuda:

[...] os conflitos ecológicos distributivos. Por distribuição ecológica são entendidos os padrões sociais, espaciais, temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte de vida. [...] Em parte, a ecologia política se superpõe à economia política, que na tradição clássica corresponde ao estudo dos conflitos relacionados à distribuição econômica.

Em uma obra anterior, o autor citado, já destaca que há um olhar diferenciado sobre a sociedade entre a ecologia e a economia. Para Alier (1998, p. 77) a economia capitalista tem uma tendência à entropia:

Há por si uma tendência à perda de recursos em consequência a atividade econômica humana, que depende de tecnologias empregadas, dos níveis de consumo e de população, podendo corrigir-se ou acelerar essa tendência segundo as instituições sociais.

O autor pondera que economia é fluxo entrópico, mas dentro de um sistema aberto à entrada de energia, por exemplo a energia solar. Entretanto, as principais fontes de energia que impulsionaram o desenvolvimento capitalista desde sua origem, embora sejam descritas como produzidas pela humanidade, como carvão, o petróleo e até mesmo a eletricidade, são na verdade extraídas da natureza o que tem como consequência direta o esgotamento de recursos e há produção de resíduos causando grande impacto ecológico (ALIER, 1998).

O artigo recorre às formulações de Joan Martinez Alier (2017), a partir de seu livro o “Ecologismo dos Pobres”, para a construção de uma classificação dos movimentos sociais ambientais identificados. O autor detalhou três correntes para o movimento ambiental: “culto ao silvestre”, “evangelho da ecoeficiência” e o “ecologismo dos pobres”.

A primeira corrente discutida pelo referido autor, não pode ser entendida como uma forma enfrentamento aos pilares básicos de uma sociedade pautada no crescimento econômico. A mesma atribui uma sacralidade à natureza e sua principal proposta consiste em manter reservas naturais em formas de parques nacionais livres da interferência humana, com muitas expressões na América do Norte (ALIER, 2017).

A segunda, o Evangelho da Ecoeficiência, para Alier (2017), se expressa em um *ethos* tecnocrata, que entende a natureza como um conjunto e fonte de “recursos naturais”. Essa vertente tem como norte o relatório “Nosso Futuro Comum”, apresentado em 1987 pela comissão da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Esse documento é também conhecido como Relatório Brundtland. É nesse campo que se localiza a perspectiva do desenvolvimento sustentável, definido no relatório como: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer o a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades,” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 46).

Alier (1998), faz um balanço crítico e profundo em relação a visão construída a partir desse relatório e da noção de “desenvolvimento sustentável. Um apontamento do relatório é

que a pobreza degrada o ambiente, que o melhor remédio para melhorar a pobreza seria o desenvolvimento, centrado no crescimento econômico. Nas palavras do autor, a principal mensagem do Informe Brundtland

[...] foi precisamente de que a pobreza é a causa de degradação ambiental e daí a explícita recomendação de um caminho de crescimento econômico de três por cento ao ano no Sul, e também no Norte (para abrir campo às exportações do Sul. O crescimento econômico (rebatizado como “desenvolvimento sustentável” é um remédio ao mesmo tempo contra a pobreza e contra a degradação ambiental: essa foi a mensagem de Brundtland, que relegou a um segundo plano a questão da redistribuição e da equidade (ALIER, 1998, p. 100).

Em alguns momentos o autor se refere à visão inscrita no Relatório Brundtland como um ecologismo tecnocrático e afirma que após sua publicação se formou um consenso burocrático, dificultando críticas ao documento. Em sua crítica, o autor pondera que, de fato, a pobreza pode sim fazer mal ao ambiente, mas, o desenvolvimento fundado na exportação polui diretamente e faz crescer a desigualdade, conferindo à pobreza expressões agudas.

Minha crítica aceita que a pobreza pode ser causa de degradação ambiental, tal como vimos nas seções anteriores, porém penso que um crescimento econômico generalizado pode agravar, em vez de diminuir, a degradação ambiental (ALIER, 1998, p. 132).

A terceira corrente, nomeada pelo autor de “Ecologismo dos Pobres” tem como fonte a profunda desigualdade social provocada pelo crescimento/desenvolvimento sem limites. O autor discorre que muitas vezes os segmentos do sul, os mais pobres do globo, promovem uma conservação do ambiente, não propriamente por um ambientalismo de tipo clássico, inspirados pelos movimentos do Hemisfério Norte, mas por um senso de defesa da própria existência, pois os recursos que preservam são para a sobrevivência.

Essa corrente problematiza a ordem capitalista do suposto papel dos países da periferia de provedores de *commodities*, como soja, minério e petróleo. Nessa lógica, resta aos países periféricos aprofundar o extrativismo, causando impactos ambientais e ameaçando a vida nesses países.

O eixo principal desta terceira corrente não é uma reverência à natureza, mas, antes, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição de subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas, sim, pelos humanos pobres de hoje [...] Sua ética nasce de uma demanda por justiça social contemporânea entre os humanos (ALIER, 2017, p. 34).

Em Macaé, classifico os movimentos identificados e destacados como centrais na pesquisa nos termos apresentados por Alier (2017). A AMDA, por sua trajetória em que leva para Macaé os conteúdos e as ferramentas do desenvolvimento sustentável, em sua perspectiva hegemônica. Localmente, em Macaé, a Agenda 21 foi o desdobramento de todo movimento acumulado. Conforme Tavares (consultado em 2019)⁸:

A Agenda 21 Macaé surge em 1997 também como consequência deste movimento, atuando inicialmente com ênfase na educação ambiental, considerando seu vínculo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A partir de 2010 passa a integrar a Câmara Permanente de Gestão da Prefeitura, órgão criado para gerir e integrar todos os projetos municipais, onde também se situa a Gerência do Plano Diretor, responsável por suas revisões e controle de sua efetiva implementação (TAVARES, 2019).

Há fortes indícios de que a AMDA seria um movimento com características do evangelho da ecoeficiência. Percebe-se também alguns traços do culto ao silvestre. Essa conformação está destacada: seja qual for a corrente que detêm a primazia, as duas vertentes do ambientalismo – o “culto ao silvestre” e o “credo da ecoeficiência” – convivem atualmente em simultaneidade, entrecruzando-se às vezes (ALIER, 2017, p. 32). As características do evangelho de ecoeficiência também são percebidas nos movimentos com SOS Pecado, Deixa o Sol Entrar.

Por outro lado, é a partir do MST que identificamos características do ecologismo dos pobres. Por toda trajetória que o próprio movimento atravessa localmente, realiza a ocupação da fazenda Bom Jardim, sofrem despejo e retornam à terra com a emissão de posse para a construção de um assentamento do tipo PDS. Essa trajetória expõe a emergência de um caráter ecológico ao movimento.

[...] assinala-se um elemento novo na história ecológica mais habitual. As lutas sociais são entendidas como lutas ecológicas. Lutas urbanas, porém, sobretudo lutas camponesas, que levaram a ideia de um neonarodismo ecológico (aludindo aos narodniki russos do século XIX) ou, o que é o mesmo, um ecologismo dos pobres. Muitos movimentos sociais surgem das lutas dos pobres pela sobrevivência, tanto na história como atualmente. São, portanto, movimentos ecologistas, porquanto seus objetivos consistem em obter as necessidades ecológicas para a vida: energia (incluindo as calorias da comida, água, espaço para abrigar-se (ALIER, 1998, p. 281).

⁸ Fernando Marcelo é um agente social com destaque para a pesquisa para o processo em Macaé, por ter sido fundador da AMDA, Secretário Municipal de Meio Ambiente (2004) e importante ativista ambiental local. Tratado na pesquisa como fonte primária.

Nesse mesmo sentido, o CoMaConSol, até por ter no MST um importante parceiro, esse movimento cumpre um importante papel nessa expressão do ecologismo dos pobres ao fazer uma ligação entre o campo e o urbano, com as feiras agroecológicas.

A cidade colonial e o bem viver

As cidades brasileiras carregam heranças pesadas: a desigualdade social, uma das mais destacadas da América Latina. Outros elementos se fazem presentes, especialmente na periferia das cidades como: a herança escravocrata e o desprestígio do trabalho, o patriarcalismo e a condição inferiorizada da mulher, o patrimonialismo e privatização da esfera pública, o personalismo e a rejeição às relações impessoais e profissionais, o clientelismo e a universalização da política do favor contrariamente ao reconhecimento dos direitos, a tradição autoritária negando a cidadania (MARICATO, 2013).

Esses aspectos destacados pela autora, são entendidos no contexto dessa pesquisa como as marcas da colonização. Soma-se a isso o conceito de “cidade colonial”, de Ibañez (2016). Ao olhar para a configuração das cidades dentro dessa visão é preciso observar três características fundamentais apresentadas por Mario Rodriguez Ibañez (2016): o caráter colonial, processo de modernização das cidades e a aceleração contemporânea do consumo. Nas palavras do autor:

As cidades foram erguidas seguindo dois critérios básicos: primeiro, a proximidade de um “recurso natural” para ser explorado e saqueado em benefício dos invasores e da potência colonial; e, segundo, contar com fontes de água para resolver as necessidades básicas de sobrevivência” (IBAÑEZ, 2016, p. 300).

Organizadas pelo critério do recurso a ser explorado no extrativismo e a abundância de água, a cidade colonial conserva-se ao longo da história e mantém seu caráter colonial. Foram esses critérios que levaram os colonizadores a fundarem Macaé, há cerca de duzentos anos. No século XXI, permanecem os mesmos critérios. Se outrora o recurso a ser explorado era a madeira, hoje é o petróleo.

Os setores dominantes das cidades e do país exigem a manutenção do extrativismo saqueador para ter acesso aos serviços e benefícios que a vida urbana oferece. Essa relação é fundamental para compreender como nossas elites reproduzem o extrativismo e a economia primária exportadora: é a partir daí que reproduzem formas coloniais e extraem seus benefícios, à custa do que é despossuído, invadido, penetrado, saqueado (IBAÑEZ, 2016, p. 304).

O processo de modernização das cidades da uma nova cara à desigualdade que já existia na colônias, mostra a face da questão social como consequência do desenvolvimento capitalista. As cidades nos tempos atuais, divididas e partidas socialmente entre elites que concentram a riqueza e o grosso dos trabalhadores de baixa renda, que se somam aos desempregados e os espoliados da cidadania, são atualizações das marcas da colonização, agora sob as bases da modernidade capitalista

Essas transformações, guiadas pelos interesses do grande capital, fazem do consumo um dos combustíveis da cidade. Não é mais o cidadão que importa para a cidade, mas o consumidor. A necessidade do irrelevante também fazer crescer o volume de lixo na mesma proporção. A velocidade com que o consumo se torna central é acelerada por modos de vida enguidos sobre os pilares da cultura do descartável, que só pode ser mantida por meio da crença do desenvolvimento sem limites.

Para que se produza essa capacidade acelerada de consumo, determinados setores das cidades, os que sempre se apropriam do excedente coletivo, exigem o aprofundamento do extrativismo exportador de matéria-prima, ou seja, da despossessão de territórios de outros, fora da cidade. Por isso, nossos modelos de cidade são funcionais à cultura colonial exigida pela ordem econômica mundial dominante (IBAÑEZ, 2016, p. 315).

Seguindo a lógica da produção do espaço urbano capitalista, Macaé vai se constituir como um lugar de consumo, luxo e excessos e pobreza, resíduos e degradação, uma segregação que estabelece tanto na cidade quanto na parte rural. Isso é um elemento importante, pois a visão do Bem Viver não se limita às questões urbanas, mas pensa a partir de contextos urbanos que visam um equilíbrio com o campo.

E dizemos contextos urbanos porque não se trata de ressignificar a cidade com base na vida exclusiva das cidades, mas sim com base em estar na cidade de maneira conectada e articulada com o rural, não como separação e distância (IBAÑEZ, 2016, p. 322).

Uma cidade como Macaé, que tem um contexto urbano consolidado, também possui uma organização do campo. Nesse encontro, a questão ambiental tomou certa centralidade. É necessário construir um equilíbrio em uma totalidade que incorpora o contexto urbano, camponês e a relação com a natureza, que se manifesta em uma unidade do diverso, nas

expressões da questão social. Se tornam concretas nas mazelas produzidas pelo modo de produção capitalista.

Os exemplos compartilhados somente ganham sentido se, em sua articulação, ajudarem-nos a sair da “maldição do extrativismo e do saque incessante de nossas riquezas, nossos bens comuns, nossa Mãe Terra. Isso exige desmontar os imaginários dominantes sobre a cidade, ressignificar a vida urbana, recontextualizá-la, reconfigurar nossas vidas e convivências (IBAÑEZ, 2016, p. 332).

Olhar sob a perspectiva do bem viver é projetar novas possibilidades para além do desenvolvimento e crescimento infinito como paradigma de organização da sociedade. Foi a partir dos processos de lutas e ascensões indígenas, principalmente no Equador e na Bolívia que o conceito foi surgindo e sendo amadurecido no debate. Esses movimentos de questionamento ao neoliberalismo, combinavam uma reaprendizagem das práticas e visões dos povos originais, que sofreram o epistemicídio pelos colonizadores.

Em se tratando do conceito Bem Viver, três décadas atrás, quase não se falava desse tema na América do Sul. O que existia eram os conceitos *suma qamaña*, dos Aymarás, e o *sumak kawsay*, os Quéchuas, que expressam um conjunto de ideias centradas nos sistemas de conhecimento, prática e organização dos povos andinos. [...] Durante quase todo o século XX, essa visão passou despercebida por amplos setores da esquerda e por organizações sociais urbanas.

Em outros povos indígenas da América Latina há visões e termos similares, como o *teko kavi* e o *ñandereko*, dos Guaranis, o *shiir waras*, dos Shuar, e o *Küme mongem*, dos Mapuche (SOLON, 2019, p. 19).

De difícil tradução, o Bem Viver poderia se afirmar como “vida plena”, “vida doce”, “vida harmoniosa”, vida sublime”, “vida inclusiva” e “saber viver” (SOLON, 2019, p. 21). O Bem Viver se apresenta como uma cosmovisão sobre a relação entre os seres humanos e a natureza, sendo muito difícil construir uma definição absoluta, mas ainda assim é possível perceber alguns elementos centrais.

O primeiro é a noção de todo, que no Bem Viver, se remete à Pacha. Uma totalidade que percebe a noção de espaço-tempo sem linearidade, mas em perspectiva de espiral “Essa visão do tempo, em espiral, questiona a noção de “desenvolvimento”, de avançar sempre em direção a um ponto superior” (SOLON, 2019, p. 24). Desse modo o bem viver questiona a

noção de um desenvolvimento infinito e também a necessidade do produtivismo. Não é objetivo da humanidade controlar a natureza, não há separação entre o humano e a natureza.

Outros elementos centrais do Bem Viver são a convivência na multipolaridade, a busca do equilíbrio e a complementaridade da diversidade. O Bem Viver não é igualitarista, pois considera que sempre existem diferenças e desigualdades, apontando que: “A chave não é anular essas diferenças, mas conviver com elas, a fim de evitar que as desigualdades se agravem e polarizem a ponto de desestabilizar o todo” (SOLON, 2019, p. 28). Nesse sentido há uma busca pelo equilíbrio, uma harmonia entre homem e natureza. O bem viver não engloba a noção de progresso, pois se opõe ao crescimento infinito, do mesmo jeito que se contrapõe ao modo de produção capitalista.

É importante dizer que esse equilíbrio não se assemelha à estabilidade que o capitalismo jura almejar através do crescimento contínuo. A estabilidade, assim com o crescimento permanente, é uma faca de dois gumes. Cedo ou tarde, todo crescimento sem limites provoca transtornos severos na Pacha (SOLON, 2019, p. 29).

Os objetivos da existência não são ter mais ou ser mais, a busca pela harmonia é o objetivo, subvertendo a lógica de acumulação e competição do capital. “Isso significa que, em vez buscar a eficiência através de regras iguais para grupos, setores, devemos promover regras assimétricas que beneficiem os menos favorecidos (SOLON, 2019, p. 25). O que se aponta aqui é que a formulação de políticas públicas deve levar em consideração esses elementos para que pavimente um caminho para o Bem Viver.

O último elemento do Bem Viver é a descolonização, passo fundamental para avançar com essas conquistas. Um desafio nesse contexto é descolonizar o imaginário “liberar mentes e almas capturadas por conceitos falsos e alheios” (SOLON, 2019). Imaginar outros mundos e outras possibilidades, inclusive entendendo que há outras formas de bem viver pelo mundo, que o essencial reside na sabedoria e prática dos povos que buscam sua própria identidade.

Visto que Macaé apresenta os pontos negativos de sua constituição como “cidade colonial” que reproduz as bases extrativistas de suas desigualdades nas últimas décadas do século XX e primeiras décadas do século XXI, o Bem Viver é ponto para reflexão dos modos de lidar com os problemas sociais e ambientais. O que propõe a refletir aqui através da menção ao bem viver é que existem possibilidades de alternativas sistêmicas críticas à perspectiva do desenvolvimento capitalista.

Há similaridades entre as cidades coloniais descritas por Ibañez (2016) e a situação de Macaé. Essas cidades coloniais estão na Bolívia, um país que passou por um processo de transformação a promulgação de uma constituição que inscreve o Bem Viver como um valor constitucional daquele país. Nesse sentido, o bem viver foi apresentado como uma alternativa ao sistema hegemônico. É um conceito absorvido dos povos originais latinos e que colocam a natureza não como fonte de recursos às sociedades humanas, e sim a humanidade como parte da natureza que tem como ponto a ser alcançado uma harmonia da sociedade, sem as desigualdades e contradições do modo de produção capitalista.

Considerações finais

A partir das reflexões realizadas, foi possível perceber identifica e classificar alguns movimentos sociais ambientais que ocorreram em Macaé após a instalação da indústria do petróleo. No sentido que são identificados movimentos tanto urbanos como rurais, se observou características da cidade colonial e as possibilidades do bem viver (perspectiva de sociedade presente em povos indígenas da América Latina, que questiona o desenvolvimentismo e o produtivismo).

A pesquisa mostrou que os movimentos presentes nas duas primeiras fases regionais do petróleo contribuem para a formação de unidades de conservação e de um conselho municipal de meio ambiente e, no ciclo que se inicia com a exploração do Pré-Sal, os movimentos avançam na atuação em prol da agroecologia e das alianças de classes. Dessa forma, os referidos movimentos contribuem para a sensibilização da sociedade e dos poderes públicos para problemas ambientais.

Desse modo, os objetivos iniciais da pesquisa foram alcançados, com a identificação e classificação dos movimentos sociais ambientais em Macaé. Foi possível perceber que há uma articulação direta entre as questões urbanas, rurais e ambientais, um ponto de intersecção entre os movimentos urbanos e rurais na questão ambiental. No contexto dos dois primeiros ciclos do petróleo, existe uma primeira fase dos movimentos sociais ambientais em Macaé, na qual se avança com algumas ações importantes do poder público, como a formação do Conselho de Meio Ambiente e Sustentabilidade e o estabelecimento das Unidades de Conservação na cidade.

A importância de se debater sobre os movimentos ambientais está na percepção de que a natureza não suporta o ritmo de extração de valor que impõe o capital, que nos últimos

anos tem se intensificado. A noção de desenvolvimento precisa ser problematizada e, mais que isso, é preciso sair dessa perspectiva de sociedade capitalista desenvolvimentista. Nesse sentido, uma aproximação com a visão do Bem Viver pode nos apresentar novas possibilidades.

Assim, olhar nossa latinidade é fundamental para dar um passo ao futuro. O Bem Viver é uma resposta latina, que parte do conhecimento ancestral e se apresenta como alternativa ao desenvolvimento com o viés da acumulação, ao poder estabelecido pelo conhecimento ocidental e à narrativa histórica colonial, ao inverter a equação na possibilidade transformadora do ecologismo dos pobres.

Referências

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ALIER, Joan Martinez. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: Editora da Furb, 1998.

ALIER, Joan Martinez. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valorização*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

AMDA - ASSOCIAÇÃO MACAENSE DE DEFESA AMBIENTAL. *Livro-ata*. Macaé: AMDA, 1989.

CADENA, Alberto Silva; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. *Macaé, capital do petróleo: desenvolvimento econômico, desigualdades sociais e expansão urbana: uma análise sobre as dimensões de renda, educação e saúde, com base nos resultados da pesquisa domiciliar do programa Macaé Cidadão 2006-2007*. Macaé: Prefeitura Municipal, 2012.

CASTRO, Astrea Gomes. *Conservação do pecado: trajetória e conflitos de uma praia e sua restinga em Macaé-RJ*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Conservação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Macaé, 2020.

CRUZ, José Luis Vianna da. Novas perspectivas de análise da dinâmica socioeconômica e territorial da região fluminense do extrativismo petrolífero. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 49-67, jan./jun. 2016.

GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico os quatro genocídios/epistemicídio do longo século XX. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

IBAÑEZ, Mario Rodriguez. Resignificando a cidade colonial e extrativista: bem viver a partir de contextos urbanos. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e as alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Editora Elefante, 2016. p. 296-335.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! *In*: VAINER, Carlos *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p. 19-26.

NOSSO FUTURO COMUM. *Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.

OLIVEIRA, Dayse Maria da Silva Caciano de. *O projeto de desenvolvimento sustentável e os desafios para a construção de novas formas de assentamentos: o caso do assentamento Osvaldo de Oliveira em Macaé-RJ*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2014.

PAGANOTO, Faber. *Mobilidade e trabalho em Macaé/RJ, a "capital do petróleo"*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PIQUET, Rosélia. Impactos da indústria do petróleo no Note Fluminense. *In*: HERCULANO, Selene; CORREA, H. D. *Oficina sobre impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas: o caso de Macaé (RJ)*. Niterói: UFF, 2010.

SILVA, Nivia. Assentamento Osvaldo de Oliveira: exemplo de luta e resistência na produção agroecológica e na reforma agrária. *Boletim do MST Rio*, Rio de Janeiro, 21 dez. 2017. Disponível em: <http://boletimmstrj.mst.org.br/assentamento-pds-osvaldo-de-oliveira-exemplo-de-luta-e-resistencia-na-producao-agroecologica-e-na-construcao-da-reforma-agraria-popular/#:~:text=do%20MST%20Rio-,%20Assentamento%20PDS%20Osvaldo%20de%20Oliveira%3A%20exemplo%20de%20luta%20e%20resist%C3%Aancia,constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20Reforma%20Agr%C3%A1ria%20Popular&text=No%20dia%2028%20de%20fevereiro,estavam%20preocupados%20com%20a%20demora>. Acesso em: 4 fev. 2019.

SOLON, Pablo. *Alternativas sistêmicas*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *In*: OSAL. Observatório Social de América Latina. Publicação semestral do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Ano XIII N 32, novembro de 2012.

TAVARES, Fernando Marcelo Manhães. Histórico e atividades da Agenda 21 Macaé. *In*: DEMARCHES TERRITORIALES DE DEVELOPPEMENT DURABLE. [S. l.], 2015. Disponível em: <http://demarchesterritorialesdedeveloppementdurable.org/macaee-brasil-2/>. Acesso em: 4 fev. 2019.

TAVARES, Fernando Marcelo Manhães. Impactos do petróleo: a experiência de Macaé: lições para o pré-sal. *In*: PRE-SAL. [S. l.], 2019. Disponível em: www.pre-sal.info/2019/07/08/impactos-do-petroleo-a-experiencia-de-macaee-para-o-pre-sal-texto-completo/. Acesso em: 9 out. 2019.

Recebido em: 22.11.2019

Aceito em: 15.06.2020